



EM CENA: O TEATRO DO PATEO PARA A CIDADE

Transformações urbanas



REALIZAÇÃO:



PATEO DO
COLLEGIO



JESUÍTAS BRASIL



FUNDAÇÃO
THEATRO
MUNICIPAL



Fundação
Energia e
Saneamento

EM CENA:

O TEATRO DO PATEO PARA A CIDADE

Transformações urbanas

No século XIX, São Paulo viu seu perímetro urbano ser profundamente transformado, com o crescimento econômico trazido pelo café e a adoção de novos materiais e técnicas construtivas. A partir da década de 1850, a taipa de pilão - técnica baseada no barro socado e introduzida no local pelos jesuítas, na construção do Colégio de São Paulo - passava a ser substituída pelo uso de tijolos, com diversas olarias sendo instaladas nas cercanias da cidade naquele momento. Muitas delas se concentravam às margens do rio Tietê, favorecendo o escoamento do produto e a coleta de matéria prima, sobretudo água e argila, para a produção de tijolos e telhas.

Começava a transformação de São Paulo de uma vila colonial, simples e rústica, em uma cidade alinhada com o que se entendia como moderno, tomando por modelo as grandes cidades europeias, como Londres e, principalmente, Paris. Nesse sentido, as linhas e traços da nova São Paulo serão baseados na arquitetura neoclássica, então em moda na Europa e referência, naquele contexto, de beleza e modernidade.

O Pateo do Collegio, conhecido na época como Largo do Palácio, será um dos palcos dessa transformação. Sediando o Palácio de Governo e representando um dos principais edifícios da administração pública e de circulação da alta sociedade, todo o largo passará por uma expressiva reformulação, concentrada no último quartel do século XIX.



Palácio do Governo de São Paulo, Thomas Ender - 1817

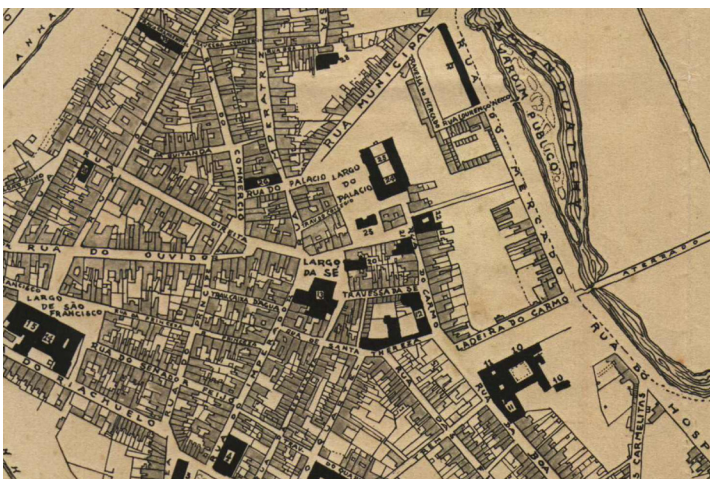
Preservando os traços da arquitetura colonial portuguesa, o edifício do Palácio de Governo possuía uma ala perpendicular, incluída no século XVIII, que conferiu um formato de “L” ao prédio. Em frente a ele, abria-se uma ampla praça - outrora o terreiro da

igreja – reservada a grandes reuniões sociais, como festas, procissões e atos cívicos. Este uso foi registrado em fotografia por Militão Augusto de Azevedo, em 1862, que também documenta o edifício em suas feições coloniais.

Já na década de 1870, toda a edificação do palácio foi remodelada, adequando sua fachada ao estilo neoclássico. Esta obra foi realizada pelo engenheiro Marie François Eusèbe Stevaux (1826-1904), francês radicado no Brasil. Stevaux passa a prestar serviços para o Governo da Província de São Paulo entre 1876 e o início de 1877, e é precisamente neste ano que é contratado para promover a reforma do edifício.

Nesta ocasião, além da reforma estilística, toda a ala perpendicular do palácio foi removida. O próprio Largo passou por intensa transformação, com a implementação de um jardim, a instalação de uma fonte e a construção de um coreto, onde bandas musicais se apresentavam todas as quintas-feiras. Dessa forma, esta área é convertida de um espaço cívico para um local de circulação da alta sociedade, onde os membros da elite paulistana transitavam para verem e serem vistos.

O processo de reformulação do Largo do Palácio também envolveu as edificações circundantes, onde, entre outras construções, em um passado recente havia funcionado a Casa de Ópera, demolida em 1870 . Nesse sentido, o governo da província optou por implementar naquele mesmo terreno a construção de dois edifícios de repartições públicas: a Secretaria da Fazenda e do Tesouro e a Secretaria da Agricultura. Para a realização da obra, foi contratado o escritório de um arquiteto recém-chegado a São Paulo, mas cujo nome ficaria profundamente marcado na história da cidade e materializado nos múltiplos edifícios que projetou: Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1926). A construção do primeiro edifício, que abrigou a Secretaria da Fazenda, iniciou-se em 1881, sendo inaugurado dez anos depois. Já o segundo prédio, da Secretaria da Agricultura, foi inaugurado em 1896 – atualmente, esse edifício abriga o Museu das Favelas.



Planta da cidade de São Paulo, 1881, mostra o Palácio do Governo já sem a ala perpendicular e a área destinada às secretarias da Fazenda e Agricultura.

Ao passo que todo o Largo era transformado, permanecia no terreno o único vínculo material remanescente do período colonial daquele espaço: a seiscentista igreja dos jesuítas. Após a Proclamação da República e a implementação de um estado laico, esse local passa a ser palco de disputas cada vez mais intensas entre o Governo e a Igreja. Em 1891, o então Presidente da Província de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga (1855-1928), decidiu pela demolição da antiga capela, processo ao qual resistiram figuras do clero e da elite local, que conseguiram impedir sua execução.

Apesar do embate e da resistência, a demolição da antiga igreja não tardou a acontecer. O edifício, já bicentenário, estava em completo abandono por parte do poder público, e teve seu telhado desabado após uma forte tempestade em 1896. Sob a alegação de que a igreja já não oferecia segurança à população e de uma suposta impossibilidade de recuperação, o governo logrou a demolição do templo e a completa laicização daquele espaço. Paralelamente, a demolição simbolizou também a descaracterização do uso original a que esse local era dedicado: a cidade perdia, assim, o vínculo material de sua origem com a atuação da Companhia de Jesus.



Altar-mor da antiga igreja do Bom Jesus após o desabamento de seu teto em 1896.

A destruição da antiga igreja, aliada à rápida transformação da cidade em geral e desse espaço em particular, conferiu ao Largo do Palácio um caráter de transitoriedade cada vez mais evidente. A torre, que em tempos anteriores abrigou um campanário e marcou o tempo um tanto mais lento do ritmo de vida no período colonial, deu espaço a um amplo torreão neoclássico, conjugado a uma nova ala perpendicular do palácio. Já o terreno da igreja deu lugar a uma via pública, que ligava as atuais ruas Roberto Simonsen e Boa Vista.

Não havia nada, portanto, que marcasse aquele local como o berço de São Paulo – seja em termos materiais ou simbólicos. Ao mesmo tempo, não havia nenhum monumento construído em homenagem aos fundadores da cidade, não obstante a grande produção historiográfica realizada naquela época com a valorização de figuras como os bandeirantes e os jesuítas. Dessa forma, a partir de um embate entre os engenheiros Adolfo Pinto e Ramos de Azevedo, em 1909, inicia-se um concurso para a realização de um monumento em homenagem à fundação de São Paulo.

No dia 11 de junho de 1925, era finalmente inaugurado, com grande pompa, o monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo, de autoria do escultor ítalo-brasileiro Amadeu Zani (1869-1944). O conjunto de esculturas fazia homenagens expressivamente aos jesuítas e a Anchieta, com representações de cenas clássicas da iconografia histórica paulistana, como a missa do dia 25 de janeiro de 1554 e o cerco de Piratininga (1562). A sucessiva transformação dos usos e sentidos desse espaço, aliado ao movimento de apagamento e posterior resgate da memória jesuítica, revela uma postura contraditória por parte do governo paulista. Como evidencia a pesquisadora Solange Ferraz de Lima, em estudo analítico das transformações do Pateo do Collegio ao longo do tempo,

“A idéia de ali instalar-se um monumento é reveladora de um paradoxo: a necessidade de marcar fisicamente o lugar de fundação com um dispositivo de memória coletiva representa, na verdade, o esvaziamento de todas aquelas práticas que dotavam este espaço de sua carga simbólica e ativa em significações e usos. Essa memória de efeméride, reduzida à fruição em trânsito, cumpre uma função pretensamente compensatória da perda que a “vocação” de circula  o imputou aos usuários da cidade e desse espaço em particular.”

A disputa pela narrativa e simbologia desse local tão importante para a cidade se intensificar   ao longo da primeira metade do século XX, passando pelo resgate do nome anterior do logradouro: de Largo do Palácio a Pátio do Colégio, em um embate conhecido na historiografia como a Batalha das Placas.

Mais tarde, impulsionado pela efeméride do IV Centenário , o movimento de restauração histórica deste local culminará na devolução do terreno para a Companhia de Jesus e na reconstrução da igreja e colégio. Esse, no entanto, é um processo que abordamos de forma mais detalhada em nossas exposições físicas do Museu Anchieta. Não deixe de nos visitar para saber mais sobre a história do P  teo do Collegio e a transformação deste espaço em um centro cultural, voltado à preservação, estudo e divulgação da história de São Paulo e da memória jesuítica - sem jamais abrir mão de nosso espírito e missão de promover a dignidade humana por meio de atividades culturais e religiosas.

Bibliografia

BALDIN, Adriane de Freitas Acosta. Tijolo a vista - as olarias na cidade de São Paulo na década de 1850/60 (Apresentação em S  mp  sio). In: XXVIII S  mp  sio Nacional de História. Florianópolis: jul. 2015.

CANADO JUNIOR, Roberto dos Santos. Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio (1941-1979). 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

KUHN, João Carlos Santos. Resistências sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução. 2016. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. S  r. v. 61/82. p. 61-82 (1998-1999). 2003.

UHLE, Ana Rita. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. S  r. v.23. n.2. p. 139-163. jul.- dez. 2015.